



Muniz Freire, 01 de abril de 2019

DE: Assessoria Jurídica

PARA: Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Referência:

Processo: 8/2019

Proposicao: Projeto de Lei nº 3/2019

PRORROGA PRAZO CONCEDIDO NO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.112/2010, PRORROGADO PELAS LEIS Nº 2.291/2013 E Nº 2.452/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Apreciação da Legalidade

Ação: Parecer Favorável

Complemento: Após a análise e emissão de parecer favorável da Proposição, encaminho para a CCJ para as devidas providências.

Providências: Para Emissão de Parecer

Tatiana Aguilar Satler
Servidor